

POLÍTICA CULTURAL, ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM BELÉM E NA AMAZÔNIA PARAENSE

Valcir Bispo Santos¹

RESUMO: A criação em forma de Lei Municipal do Sistema Municipal de Cultura em Belém abre novas perspectivas para a democratização e ampliação da cidadania cultural na metrópole da Amazônia Oriental, sobretudo devido o papel protagonista dos movimentos e coletivos culturais na elaboração e aprovação da Lei. Mas também abre a perspectiva de projetar a cultura local enquanto recurso e fonte indutora de uma estratégia de desenvolvimento territorial. E uma dessas alternativas pode ser a criação de Territórios ou Arranjos Criativos, onde um dos principais se situaria no complexo do Ver-o-Peso, maior feira a céu aberto da América Latina, mas que também se singulariza pelas intensas trocas simbólicas que articulam a tradição da cultura ribeirinha e de outros povos tradicionais da Amazônia com as culturas pop e contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural; economia criativa; diversidade cultural; desenvolvimento territorial; Ver-o-Peso

1. Introdução

Em seu derradeiro livro (“a urbe amazônida”, 2013), a geógrafa Bertha Becker (1930-2013) levantou a questão: porque os núcleos urbanos na Amazônia não conseguiram promover o desenvolvimento da região? Lançando mão de proposições teóricas inovadoras de Jane Jacobs e realizando uma investigação sobre a história e origem das cidades da Amazônia, Becker concluiu que os surtos de crescimento econômico ocorridos na Amazônia não conseguiram promover nas cidades amazônicas nenhum processo de substituição de importações e nem geraram efeitos multiplicadores de exportações. Portanto, não conseguiram gerar “trabalho novo”, que, segundo Jacobs, é o impulsionador de processos de desenvolvimento duradouros. Mas na conclusão do seu livro, Becker aponta algumas perspectivas de desenvolvimento para as cidades amazônicas, sendo que uma das principais se situa no campo da cultura, sobretudo por meio da indústria criativa, citando explicitamente os casos de Parintins, no Amazonas, e de Belém, capital do estado do Pará.

A recente aprovação de Lei Municipal “Valmir Bispo Santos”, em meados de 2012, criando o Sistema Municipal de Cultura de Belém (SMC Belém) e os marcos institucionais de uma nova política cultural para a capital paraense, abre uma janela importante para que o acalentado projeto de desenvolvimento imaginado por Bertha Becker se torne realidade. Dessa forma, a cultura pode se tornar um importante instrumento para impulsionar processos de desenvolvimento endógeno e territorial em Belém. O SMC Belém contém instrumentos

¹ Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e-mail: valcirsantos@uol.com.br.

avançados de gestão cultural (sobretudo no que tange o chamado “CPF da Cultura”), e com uma abrangência democrática muito ampla. Esses avanços foram possíveis porque a proposta de criação do SMC Belém se originou de um projeto de lei de iniciativa popular elaborado pelos movimentos e coletivos culturais que se aglutinaram no Fórum Municipal de Cultura de Belém (FMC Belém).

Por outro lado, o debate em torno da Economia Criativa e do papel da cultura como recurso e elemento indutor de estratégias de desenvolvimento ganha cada vez projeção. A criação da Secretaria da Economia Criativa no âmbito do MinC e o lançamento do plano “Brasil Criativo”, em 2011, abriram espaço (ainda que embrionários) para políticas públicas que impulsionem a economia criativa e os setores criativos. E uma das iniciativas mais importantes se situa no âmbito das políticas territoriais de desenvolvimento, por meio da criação de Territórios ou Arranjos Criativos, ou ainda por meio de Arranjos Produtivos Locais intensivos em Cultura.

E um dos ambientes mais propícios para a criação de um Arranjo Criativo em Belém é no Complexo do Ver-o-Peso. Considerada a maior feira livre da América Latina e um dos principais cartões postais de Belém, o Ver-o-Peso é maior centro de abastecimento popular de Belém. Mas para além da sua importância como ponto de abastecimento, o Ver-o-Peso também se singulariza como espaço de intensas trocas simbólicas. Ali se processam as mais variadas trocas de bens, serviços, informações e saberes, sobretudo aqueles oriundos do conhecimento tácito, que são tão valorizados pelos estudos e pesquisas sobre inovações tecnológicas e sociais. Pois no Ver-o-Peso circulam os mais variados tipos sociais do universo amazônico, sobretudo os caboclos e ribeirinhos². E é no espaço do Ver-o-Peso, caracterizado por essa rica diversidade cultural, que se processam algumas das trocas mais férteis entre o conhecimento popular e a cultura tradicional e os setores criativos na Amazônia.

2. A formação do Sistema Municipal de Cultura de Belém e os grandes avanços contidos na Lei Municipal “Valmir Bispo Santos”

Historicamente, a área cultural do município de Belém tem sido relegada a uma mera política de caráter compensatório ou para fins de instrumentalização política. Exemplo disso são os poucos recursos destinados à FUMBEL (Fundação Municipal de Cultura de Belém),

² Do processo de miscigenação dos indígenas com os colonizadores portugueses resultou a formação do “caboclo” ou “ribeirinho”, um novo tipo de “homem amazônico” resultante do processo adaptativo às atividades extrativistas, sobretudo no que tange ao aproveitamento de recursos de rios, várzeas e florestas. Além dessa dimensão econômica e social, ressalta-se a miscigenação com a herança e diversidades culturais e ambientais de civilizações anteriores à colonização portuguesa.

órgão gestor da cultura no município desde 1989, que recebeu, em média, apenas 0,3 % do orçamento municipal anual durante toda a gestão do prefeito Duciomar Costa (2005 a 2012). Isso inviabilizou tanto a continuidade da Bienal de Música (conquanto se trate de uma Lei Municipal), como mal conseguiu financiar o Carnaval e o Concurso de Quadrilhas. Dessa forma, pode-se dizer que o que se concebe como “cultura” em Belém até então, em termos de política pública municipal, não passa de uma seqüência de eventos isolados, onde a Cultura é concebida mais como “despesa” do que como “investimento”.

Esse cenário desolador e de carência de uma efetiva política cultural em Belém motivou o início de um amplo movimento de reação, articulado inicialmente nas bases da classe teatral, e que foi agregando outros segmentos culturais e sociais. Esse processo de mobilização social conseguiu sensibilizar a Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Belém para as causas defendidas pelos movimentos culturais. Foi nesse bojo que se realizou em agosto de 2011 o “Seminário Municipal de Cultura de Belém”, com apoio da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Belém, presidida pelo então vereador Marquinho do PT. Tal evento também marcou o fortalecimento do Fórum Municipal de Cultura de Belém (FMC Belém) enquanto instância de articulação dos movimentos culturais perante a sociedade civil. A principal bandeira defendida pelo FMC Belém passou a ser a luta pela efetivação de uma política cultural para Belém a partir da adesão do município ao Sistema Nacional de Cultural e constituição do Sistema Municipal de Cultura de Belém.

Para concretizar esse objetivo estratégico, a principal linha de ação adotada foi fomentar uma série de debates com segmentos culturais e em bairros de Belém. Isso resultou na proposta de criação do Sistema Municipal de Cultura de Belém por meio de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, com um amplo movimento de coleta de assinaturas a fim de conseguir apoio junto à sociedade local. Conseguiu-se coletar mais de 30 mil assinaturas, o que foi fundamental no sentido de pressionar e sensibilizar o Poder Executivo Municipal, que enviou uma Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal encaminhando o Projeto discutido pelos movimentos culturais.

No dia 24 de julho de 2012, a Câmara Municipal de Belém aprovou de forma unânime (e praticamente sem alterações) a criação do Sistema Municipal de Cultura de Belém. Inclusive, por proposição do vereador Marquinho do PT, acatando sugestão do FMC Belém, a mesma foi denominada como Lei Municipal “Valmir Bispo Santos”, homenageando o historiador e gestor cultural e que se notabilizou como o único paraense e amazônida eleito

presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes, no biênio 1987-88, e que tinha falecido alguns meses antes, em abril de 2012. Pouco depois, em 31 de julho de 2012, a Lei “Valmir Santos” foi sancionada pelo então Prefeito Duciomar Costa. Cerca de um mês depois, no dia 30 de agosto de 2012, o FMC Belém realizou um Seminário sobre o SMC Belém e a Lei Valmir, seguindo-se depois um debate com os candidatos a Prefeito de Belém naquele ano, sendo que o prefeito eleito, Zenaldo Coutinho (PSDB), assumiu o compromisso público (junto com outros candidatos) de efetivar e implantar o Sistema Municipal de Cultural de Belém.

No seminário ocorrido naquele dia, o representante do MinC, Bernardo da Matta Machado, então Diretor de Programas Integrados da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, afirmou que a Lei Valmir Santos, que criou o SMC Belém, é uma das mais avançadas do país, e que “o Sistema (Municipal) de Cultura é uma proposta de gestão da cultura, mas não é uma proposta tecnocrática, mas é uma proposta de gestão com a participação da sociedade.”

Esses princípios de gestão democrática, descentralizada e com participação da sociedade estão presentes no chamado “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo Municipais de Cultura), que constituem os 3 (três) eixos fundamentais do Sistema Municipal de Cultura. No caso do Fundo Municipal de Cultura e do Sistema de Financiamento da Cultura, a Lei Valmir estipula que 2% do orçamento municipal sejam destinados para a área da Cultura. Isso representa uma elevação em quase 5 (cinco) vezes dos recursos até então destinados para a Cultura, que não ia além de 0,3% do orçamento municipal. E este valor representa o dobro da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150/2003, que visa ampliar o orçamento para a Cultura. A PEC 150 prevê o repasse anual de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento dos estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios, de receitas resultantes de impostos, para a Cultura. A proposta tramita na Câmara há mais de 10 anos e aguarda votação no Plenário desde 2009³.

Outro avanço importante da Lei Valmir Santos se encontra na composição do Conselho Municipal de Política Cultural, que é o principal instrumento de controle e participação social, e que deve acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura, com a responsabilidade de fiscalizar e zelar por sua implantação. De acordo com as

³ Disponível em http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/pec-1-1/10883

diretrizes do SNC (Sistema Nacional de Cultura), os Conselhos de Cultura devem ter, no mínimo, composição paritária, ou seja, metade dos assentos seriam reservados para representantes de órgãos do Poder Público (que, no caso do município, são indicados, via de regra, pelo prefeito) e a outra metade para membros da Sociedade Civil, que são eleitos diretamente pelos seus pares. É assim que funciona em boa parte dos municípios brasileiros que já possuem SMC. No entanto, a Lei Valmir estipula que cerca de 70% dos assentos do Conselho são reservados para representantes da Sociedade Civil, que se torna amplamente hegemônica. Isto é, dos 38 assentos de titulares do Conselho, 27 são eleitos diretamente, sendo 18 como representantes dos diversos segmentos culturais, 1 como representante de funcionários do órgão gestor da cultura (FUMBEL, no caso de Belém), e 8 como representantes dos distritos administrativos de Belém. E isto faz todo o sentido, pois quem produz cultura, na verdade, são integrantes da sociedade civil, cabendo o papel de fomentador ao Estado.

Mas nem tudo são flores no caso da implantação do Sistema Municipal de Cultura de Belém. Atualmente, existe uma tensão muito grande entre os movimentos e coletivos culturais e os gestores que respondem pela cultura em Belém, no caso, a direção da FUMBEL. De certa forma, foi quebrada qualquer relação de confiança com a atual direção da FUMBEL por parte dos movimentos culturais, sobretudo após o grande fiasco que marcou a IV Conferência Municipal de Cultura de Belém.

No início da atual gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho (PSDB), as perspectivas pareciam até interessantes, não obstante as desconfianças iniciais. A presidente da FUMBEL, Heliana Jatene, ex-esposa do atual governador, Simão Jatene (PSDB), havia recebido em audiência no final de janeiro de 2013 uma comissão do FMC Belém, e havia se comprometido em apoiar uma agenda de implantação da Lei Valmir Santos e do SMC Belém. Além disso, o FMC Belém apresentou uma metodologia de grupos de trabalho paritários, compostos por representantes do Poder Público Municipal, de um lado, e representantes da Sociedade Civil, de outro, representados por membros do Fórum Municipal de Cultural. Essa metodologia se configurava como essencial, tanto em termos políticos, pois garantia a participação democrática da sociedade civil no processo de implantação do SMC Belém, mas também em termos técnicos, pois o quadro de funcionários e técnicos da FUMBEL estava sucateado e reduzido, como reconhecia a própria presidente da FUMBEL, devido décadas de descaso com a cultura.

No início dessa agenda, essa metodologia de GT's técnicos e paritários funcionou muito bem, não obstante algumas discordâncias de ordem interpretativa, mas que não prejudicaram o andamento dos trabalhos. Assim, de forma até rápida e surpreendente, o Prefeito de Belém, com menos de 3 meses de mandato, regulamentou a Lei Valmir Santos, por meio de dois decretos municipais, no dia 27 de março de 2013, por coincidência, no Dia Internacional do Teatro e do Circo.

O passo seguinte seria a formação de outro GT paritário, este com a missão de elaborar os termos do Edital para convocação das eleições dos representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura. No entanto, de forma inexplicável e com argumentos estapafúrdios, a direção da FUMBEL adiou por mais de dois meses a designação deste GT. Desconfia-se de uma intenção deliberada no sentido de desgastar o FMC Belém, que estava se fortalecendo com as conquistas oriundas da implantação do SMC Belém. Os fatos a seguir parecem corroborar esse raciocínio. Quando a FUMBEL finalmente designa o GT, o faz rompendo o acordo firmado – feito inclusive na presença da própria presidente da FUMBEL – e designou (a seu bel prazer) membros de outras entidades para representar os 3 membros da Sociedade Civil neste GT, cabendo ao FMC Belém designar apenas um. Apesar dos protestos, inclusive perante o Ministério Público Estadual (que, por sugestão do FMC Belém, estava presente neste GT), o FMC Belém decidiu designar seus representantes para tal comissão. No entanto, os trabalhos deste GT se prolongaram morosamente e por mais de 2 meses, sem conclusão, inclusive. Mas o pior ainda estava por vir.

Na IV Conferência Municipal de Cultura de Belém, realizada em agosto de 2013, houve a invasão na plenária de diversas claques, conduzidas por meio de vans e ônibus fretados e comandadas por cabos eleitorais e até assessores do Prefeito. Muito pior que o comportamento fisiológico foi a postura despótica e agressiva de várias dessas “lideranças” ligadas à Prefeitura. Impedindo a manifestação de pessoas consideradas adversárias, chegando até as vias da agressão física, inclusive a jornalistas, o clima na Conferência ficou insuportável para a prática do debate democrático, com o total desrespeito ao direito ao contraditório. Com isso, várias pessoas e coletivos culturais ameaçaram se retirar da Conferência, mas permaneceram no recinto, discutindo os eixos temáticos em um grupo à parte. Foi quando, por meio da representante do MinC na Conferência e iniciativa de alguns representantes da comissão organizadora local, tentou-se intermediar um acordo para não prejudicar a Conferência. Depois de algumas negociações (inclusive com a presença da presidente da Fumbel) envolvendo a Comissão Organizadora da Conferência, que era

composta por membros da direção da Fumbel e representantes da sociedade civil, , chegou-se a um acordo. Desta forma, seriam reconhecidos seis delegados eleitos pelos movimentos culturais para participar da Conferência Estadual de Cultura, além da garantia de que as propostas votadas pelo grupo dos movimentos culturais seriam acolhidas pela Comissão Organizadora, que ficaria com a missão de sistematizar as propostas. Este acordo foi firmado na Ata da Conferência, inclusive.

No entanto, sequer houve uma plenária final para votação das propostas na Conferência, devido o comportamento agressivo e intolerante de diversas “lideranças” das claque invasoras da Conferência. Houve até relatos de agressão a um diretor da Fumbel e ameaças de invasão da sala onde estava a presidente da Fumbel! E dias depois, a direção da Fumbel, sem sequer se posicionar e se explicar publicamente, destituiu a Comissão Organizadora, e enviou para a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cultura do Pará um calhamaço de mais de 200 páginas, sem sistematização das propostas da Conferência, e sem a incorporação das propostas eleitas pelos movimentos culturais, assim como dos delegados escolhidos pelos movimentos. Foi a gota d’água para um rompimento dos movimentos culturais e do Fórum Municipal de Cultura com a atual direção da Fumbel devido a total falta de confiança e reciprocidade.

Portanto, a falta de palavra e de confiança no que tange a atual direção da FUMBEL coloca um grande ponto de interrogação sobre a implantação do Sistema Municipal de Cultura de Belém, conforme o compromisso público assumido pelo Prefeito de Belém, pelo menos no que tange o respeito ao espírito democrático e participativo que caracteriza a Lei Valmir Santos. Por isso, torna-se mais importante ainda a mobilização dos segmentos culturais para fazer valer a Lei “Valmir Santos”, com a efetivação de um salto de qualidade na política cultural da “terrinha”, por meio de uma gestão cultural que seja mais democrática, participativa e inclusiva.

3. A Economia Criativa e as estratégias de desenvolvimento territorial

O conceito de economia criativa origina-se do termo “indústrias criativas”, por sua vez inspirado no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. No entanto, o termo só adquiriu efetiva projeção internacional quando foi adotado pelo Governo de Tony Blair, então primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em 1997. A literatura anglo-saxônica, que popularizou o uso do termo *creative industries* (indústrias criativas), costuma enfatizar o potencial de geração de riqueza com base na exploração intelectual, conforme autores como Throsby

(2001) e Howkins (2001), que considera que o divisor de águas da economia criativa seria o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual (apud REIS, 2008).

Devido a isso, outros autores, como Lala Deheinzelin (2006), preferem usar o termo “economia criativa” como forma de se contrapor ao termo anglo-saxão “indústrias criativas” (*creative industries*), com o argumento da tradição da abordagem anglo-saxônica enfatizar demasiadamente a geração da Propriedade Intelectual (PI) e estar mais focada na produção, não englobando outros aspectos chaves da atividade criativa, como distribuição e acesso. Esse novo tratamento do conceito de Economia Criativa, que visa incorporar atividades artesanais ou de saber comunitário que não eram explorados comercialmente, também foi incorporado por agências multilaterais, como a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), que absorveu influências de autores como Edna Duisenberg, que considera que a Economia Criativa se trata de “uma abordagem holística e multidisciplinar, lidando com a interface entre economia, cultura e tecnologia, centrada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado” (DUISENBERG apud REIS, 2008).

A Secretaria de Economia Criativa (SEC), recém criada no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) em 2011 no Governo Dilma Rousseff, ao lançar o plano “Brasil Criativo” (2011-2014), utiliza o termo “setores criativos” para denominar as atividades produtivas que têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. Partindo dessa definição, percebe-se que os setores criativos vão além dos setores que são reconhecidos como tipicamente culturais (tradicionalmente ligados à produção artístico-cultural, como a música, dança, teatro, ópera, circo, pintura, fotografia, cinema), pois englobam outras expressões ou atividades relacionadas às novas mídias, à indústria de conteúdos, ao design, à arquitetura, entre outros (BRASIL, 2012).

A predominância da dimensão simbólica e o fato de não lidar apenas com produtos, mas com processos, faz com que a Economia Criativa seja considerada “a economia do intangível, do simbólico”. Por outro lado, se caracterizaria pela abundância e não pela escassez (segundo a interpretação econômica convencional, a Economia é considerada a “ciência da escassez”, sobretudo dos chamados fatores de produção). Outra diferença em relação à economia convencional é que a cadeia produtiva proposta pela economia (baseada no tripé produção- distribuição-consumo) não incluiria etapas fundamentais e mais ligadas ao intangível, como a formação e a gestão de conhecimento (ou sistematização de informações e

práticas). Por isso, Deheinzelin prefere trabalhar com o termo “cadeia integrada” da Economia Criativa, que englobaria todas as etapas do processo criativo: formação, criação, produção, distribuição, acesso, gestão de conhecimento e memória (DEHEINZELIN, 2006).

A Economia Criativa apresenta um grande potencial para promover maiores oportunidades de geração de trabalho e renda por estar associada à inclusão e responsabilidade social e também pela sua interface com o terceiro setor (ONGs, sociedade civil organizada), o que oferece múltiplas oportunidades e alto grau de inovação. Os setores criativos possuem um largo espectro de formas de organização, pois envolvem desde empreendimentos ligados ao mercado informal, assim como pequenas e micro empresas até grandes corporações multinacionais. Assim como as organizações hierárquicas caracterizaram a economia industrial, a economia criativa se estrutura em forma de rede. Na estrutura em rede, cada participante se beneficia com a entrada de novos colaboradores, diferenciando-se do paradigma concorrencial ortodoxo. Exemplos de produções colaborativas pululam do campo musical aos softwares livres, promovendo uma forma mais democrática de produção, distribuição e acesso (REIS, 2008).

A visão da Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento tem como abordagem principal o reconhecimento da criatividade (portanto, do capital humano) para o fomento de uma integração de objetivos sociais, culturais e econômicos, o que a diferencia de modelos de desenvolvimento global pós-industrial excludentes. Nesse antigo paradigma, a diversidade cultural e as culturas em geral podem ser vistas como obstáculos ao desenvolvimento, em vez de nutrientes de criatividade e de resolução dos entraves sociais e econômicos. Nesse sentido, a Economia Criativa também oferece grandes potencialidades no sentido de fomentar processos de desenvolvimento endógeno e territorial, pois favorece a diversidade cultural ao incluir o uso de conhecimentos e técnicas tradicionais numa perspectiva contemporânea, e esse é um aspecto fundamental para países em desenvolvimento, pois há enormes recursos culturais ainda pouco aproveitados. A diversidade cultural passa a ser percebida tanto como recurso social (ou seja, produtora da solidariedade entre os indivíduos, povos e países), como um ativo econômico, capaz de construir alternativas e soluções para novos empreendimentos e para novas formas de produção de riquezas (BRASIL, 2012).

A diversidade de culturas é vista como um grande alavancador de criatividade. O intangível da criatividade gera valor adicional quando incorpora características culturais, inimitáveis por excelência. Do turismo cultural (abrangendo patrimônio e festas típicas) ao audiovisual, criam-se sinergias entre o estilo de vida e o ambiente no qual ele floresce. A

noção de criatividade é também associada à cultura pela sua unicidade, capaz de gerar produtos tangíveis com valores intangíveis (REIS, 2008).

4. A dimensão simbólica e cultural do Mercado e Feira do Ver-o-Peso e sua potencialidade enquanto um Arranjo Criativo

A formação de cidades e espaços criativos pode ser visto sob distintas óticas espaciais, segundo Reis, tais como: 1) combate às desigualdades e violência e de atração de talentos e investimentos para revitalizar áreas degradadas; 2) promoção de *clusters* criativos, destacando-se entre os mais expressivos o distrito cultural do vinho na França, o *cluster* multimídia de Montreal, os parques criativos de Xangai e o pólo de novas mídias de Pequim; 3) transformação das cidades em pólos criativos mundiais, não raro de maneira articulada com a política do turismo e atração de trabalhadores criativos; 4) reestruturação do tecido socioeconômico urbano, baseado nas especificidades locais, como é o caso de Guaramiranga, com seu Festival de Jazz e Blues, e de Paraty, tendo por bandeira a Feira Literária Internacional de Paraty ou FLIP (REIS, 2008). Ao tratar da inovação como “criatividade nos negócios”, Deheinzelin especifica casos em que a diversidade cultural pode ser também um fator de competitividade. É o caso de determinados *clusters criativos* (ou arranjos criativos), como os bairros de Vila Madalena em São Paulo, Santa Tereza no Rio de Janeiro ou Jaraguá em Maceió, que se organizam como espaços surgidos pela intersecção entre arte e entretenimento com o diferencial da cara brasileira (DEHEINZELIN, 2006).

No entanto, há casos de arranjos criativos em que a dimensão territorial não é suficiente para explicitá-la. São situações em que as trocas simbólicas ocorrem em dimensões espaciais que extrapolam a noção de território, pois fluem em espaços que funcionam como catalisadores da diversidade cultural de determinadas regiões. É o caso do Complexo do Ver-o-Peso, na cidade de Belém, considerada a metrópole da Amazônia Oriental brasileira, mas que também é conhecida como “metrópole das águas”, por estar situada na foz do Rio Amazonas, e estar cercada por rios e igarapés, sendo que 65% da sua configuração territorial são formadas por ilhas.

O Ver-o-Peso é considerada a maior feira livre da América Latina, mas na verdade trata-se de um complexo de abastecimento, que também envolve os mercados de carne e peixe. Caracteriza-se pelo imenso manancial de produtos que provêm de diversas regiões ribeirinhas, particularmente várzeas e ilhas do Pará e da Amazônia, tais como frutas, peixes, ervas medicinais, cosméticos artesanais, alimentos comestíveis até produtos industrializados

ou feitos artesanalmente. A sua origem remonta ao período colonial e ao processo de fundação de Belém. Nesse período, a recém fundada cidade de Belém (originária de um forte, criado em 1616, com o fim de guarnecer o estratégico delta da bacia do rio Amazonas, porta de entrada para a região Amazônica) tornou-se um importante entreposto do comércio colonial das chamadas “drogas do sertão”, que eram produtos extrativos oriundos da floresta. Com o intuito de controlar esse comércio colonial, o Governo Colonial instala um posto de arrecadação fiscal, que foi denominado como “Ver-o-Peso” (segundo o historiador Ernesto Cruz), ou casa de “Haver-o-Peso” (conforme Antonio Baena), pois ali eram aferidas pelo peso as mercadorias embarcadas e os impostos recolhidos para a Câmara de Belém. Localizado no antigo porto do Piry (transformado na atual doca do Ver-o-Peso), com o passar do tempo o Ver-o-Peso se tornou um dos principais pontos de abastecimento da cidade, além de se constituir um dos principais pontos turísticos de Belém (FLEURY et all, 2011).

Para além de um mero complexo de abastecimento, o fato é que o Ver-o-Peso se caracteriza como espaço de circulação de produtos, saberes e bens culturais, sobretudo originários de regiões ribeirinhas, e não como espaço de produção dos mesmos, tal como ocorre na abordagem dos Arranjos Produtivos Locais. Por isso, prescinde da visão de território, sendo mais adequadamente caracterizado como espaço de circulação ou de fluxos, o que reflete a natureza dos processos criativos. Ali se processam as mais variadas trocas de saberes, especialmente de conhecimento tácito, que são tão valorizados pelos estudos e pesquisas sobre inovações tecnológicas e sociais. E é no espaço do Ver-o-Peso, caracterizado por essa rica diversidade cultural, que se processam algumas das trocas mais férteis entre o conhecimento popular e a cultura tradicional e os setores criativos na Amazônia.

É o caso, por exemplo, da fibra vegetal “tururi”, proveniente da região do Marajó, mais precisamente do município de Muaná, que é utilizada em designers de roupas e modelos, como os produzidos pela estilista Ana Miranda, radicada em Belém. Conhecida pela sua resistência e elasticidade, esta fibra pode ser encontrada *in natura* no Ver-o-Peso, embora também seja comercializada já tratada por uma cooperativa de artesãos de Muaná. Outro exemplo muito interessante é o que envolveu a empresa Natura e as feirantes que vendem ervas (conhecidas como “erveiras”) do Ver-o-Peso. Empresa multinacional do ramo de cosméticos, faturando cerca de R\$ 3,2 bilhões por ano, a Natura comercializa uma série de produtos à base de determinadas ervas provenientes da Amazônia, como a prioprioca, cumaru e breu branco, que são comercializadas pelas “erveiras”. No entanto, alertada pela OAB, a associação das erveiras, conhecida como “Ver-a-erva”, entrou em um imbróglgio jurídico para

que fossem reconhecidos os direitos pelo seu conhecimento tradicional acerca do uso das ervas. Depois de algumas reuniões, finalmente a Natura reconheceu a feira do Ver-o-Peso como provedora de conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, e concordou em repassar um percentual relativo aos produtos que utilizam as ervas citadas. O interessante é que para conseguir chegar a um acordo com as “erveiras”, a empresa teve de contratar a “Rádio Margarida”, ONG de comunicação comunitária, que produziu uma peça de teatro para produzir uma linguagem que fosse apropriada para o entendimento das feirantes (OESP, 2006).

Ademais, esse espaço de circulação privilegiado de saberes e bens culturais oriundos da tradição ribeirinha da Amazônia se favorece da circulação de recursos de capital social ribeirinho, inclusive de natureza societária ou *bridging*, o que permite contatos com o rico arsenal da diversidade cultural existente na Amazônia, e as trocas de manifestações da tradição cultural ribeirinha com outras manifestações da cultura contemporânea. Um dos exemplos dessas trocas simbólicas entre a tradição cultural ribeirinha e ritmos contemporâneos se observa no fenômeno que irrompe no cenário musical brasileiro que é o *tecnobrega*, cujo modismo atual e projeção em caráter nacional remete, de certo modo, o processo de popularização que ocorreu com a *axé-music*, oriundo da Bahia, por exemplo. O *tecnobrega*, por si só, em suas diferentes vertentes (melody, tecno, calypso) se caracteriza pelo hibridismo, promovendo re-leituras e versões de outros gêneros musicais. Dehezelein, inclusive, cita o *tecnobrega* como modelo de negócios baseado em processos informais, mas não ilícitos e que também consegue transformar problemas aparentes em solução. Disso resulta um fortíssimo mercado musical, pois o mercado do *tecnobrega* consegue produzir e comercializar mais discos do que todo o resto do Brasil. A chave para isso é uso da rede de camelôs para distribuir os discos, o que dá visibilidade e renome aos músicos, resultando em mais público para os shows. Estes shows são altamente tecnológicos e, quando acaba o show o Cd gravado ao vivo já pode ser comprado (DEHEZELEIN, 2008).

Portanto, há uma enorme potencialidade para o desenvolvimento de regiões sub-desenvolvidas, mas com enorme acúmulo de diversidade cultural, por meio do fomento de arranjos criativos, como é o caso do complexo do Ver-o-Peso na cidade de Belém, maior cidade da Amazônia Oriental brasileira. No entanto, é preciso que as políticas públicas na área da cultura se articulem com as estratégias de desenvolvimento territorial. Outra ação importante é no sentido de fomentar ações de valorização da cultura local, sobretudo aquelas oriundas da tradição ribeirinha. Desta forma, a sociedade civil de Belém poderia valorizar as

potencialidades que a chamada economia criativa (ou indústria criativa), baseada em processos culturais e intangíveis, possui no sentido de ativar ou impulsionar surtos de desenvolvimento e de crescimento urbanos sustentáveis, tal como a saudosa Berta Becker, em seu último livro, delinea para a Amazônia e para Belém, especificamente.

“Também em Belém emergem artistas da nova geração paraense na música, na literatura, no cinema de documentários, na arte visual, que tentam encontrar o equilíbrio entre a tradição e as questões atuais com tal força “que fazem da cidade o pólo cultural mais interessante do Brasil hoje” (*O Globo*, 5 de agosto de 2012, Segundo Caderno). A indústria criativa é, sem dúvida, um caminho de enorme potencial para dinamizar cidades encravadas na floresta e a economia amazônica, considerando a riqueza da natureza e da cultura da região” (BECKER, 2013, pag. 53).

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. *A urbe amazônida: a floresta e a cidade*. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BRASIL, Governo Federal. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014*. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, Maria José Jackson (org) *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia: estudo sobre a região das ilhas em Cametá, Pará-Brasil*. 2003. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento -, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2003.

DEHEINZELIN, Lala. Políticas Culturais, Economia Criativa e Desenvolvimento. Buenos Aires: Estados Ibero-americanos / Agência Espanhola de Cooperação Internacional: Seminário de Industrias Culturales. Abril, 2006. Disponível em: <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2006-Pol%C3%ADticas-Culturais-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento.pdf>

DEHEINZELIN, Lala. Economia Criativa e Desenvolvimento Territorial: Políticas de Apoio e Experiências. IN: Seminário sobre Gestão Cultural e Experiências de Cooperação Internacional, Cuenca (Espanha), Outubro de 2008. Disponível em: <http://laladeheinzelin.com.br/wp-content/uploads/2010/07/2008-Economia-Criativa-e-Desenvolvimento-Territorial-desafios-e-oportunidades-Lala-Deheinzelin1.pdf>

FLEURY, Jorge Nassar ; FERREIRA, Aline Alves. Ver-o-Peso da cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX. *Revista Estudos Amazônicos* • vol. VI, nº 1 (2011), pp. 100-116. Disponível em:

↑http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/1%20-%20VI%20-%205%20-%202011%20-%20Jorge_Aline.pdf. Página visitada em 20 de dezembro de 2012.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: o conceito de Capital Social e a importância da formação de Redes entre organismos e instituições locais. In: *Revista Economia*, Brasília, n. 1, p. 1-21, jan/abr 2008.

OESP. Natura fecha acordo com 'erveiras'. *Economia*, 20/10/2006. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=42860>
Página visitada em 17/12/2012.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo : Itá Cultural, 2008. 267 p.

SANTOS, Valcir B.; MAIRATA, Hélio S. Microcrédito e Rede de Firms em um Contexto de Combate à Pobreza e Promoção do Desenvolvimento Territorial: a análise do caso da Região Metropolitana de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luis (MA). *Anais ...* São Luis: SEP, 2010. 1CD-ROM.

STORPER, Michael. Sociedade, Comunidade y Desarrollo Económico. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 07-44, ago. / dez., 2003.

VALIATI, Leandro (org.). *Indústria criativa no Rio Grande do Sul : síntese teórica e evidências empíricas*. 2. ed. Porto Alegre : FEE, 2013.